



Leis



PORQUÊ CASAR? Com a actual lei os pais separados têm mais benefícios fiscais. Peticionários apelidam actual legislação de discriminatória e deputados dizem que situação já deveria estar resolvida

Casados e solteiros pedem direitos iguais

CDS e BE concordam com **petição de associações** que exige **igualdade** fiscal e dizem que legislação é "injusta"

POR: ANA BULHOSA
com agência Lusa

Uma lei "claramente injusta". Foi assim que o líder parlamentar do CDS-PP se referiu à lei que beneficia fiscalmente os pais solteiros e viúvos em detrimento dos casados.

"Há uma distorção entre o tratamento de pessoas casadas e solteiras", referiu o deputado popular Diogo Feio.

A deputada do Bloco de Esquerda Ana Drago partilha da

das despesas dos filhos pelos pais casados lançada este fim-de-semana pelas várias associações de defesa das famílias.

No documento que está a circular na Internet e que conta já com 1300 assinaturas, os pais casados mostram o seu descontentamento recordando declarações, de há cerca de um ano, do ministro das Finanças, em que Teixeira dos Santos reconheceu a situação, justificando-a com o défice nas finanças públicas.

Em vigor. Actualmente os pais casados ou viúvos não podem deduzir ao seu rendimento um valor idêntico ao da pensão de alimentos (que pode chegar aos 6500 euros por filho) permitido aos pais não casados, o que é considerado como discriminação pelo presidente da Associação Portuguesa das Famílias Numerosas (APFN), Fernando Castro.

As associações propõem que o valor da dedução actualmente permitida seja di-

vidido de modo igual a todos os pais, independentemente do seu estado civil. Deste modo, pais casados ou viúvos e pais não casados poderiam descontar um máximo de 3250 euros por filho.

Caída no esquecimento.

"Sinceramente pensava que esta discriminação já tinha sido resolvida no anterior orçamento de Estado", disse a deputada Ana Drago, quando teve conhecimento desta petição através do *Meia Hora*. E acrescentou: "Esta questão deve ser urgentemente resolvida no próximo orçamento de Estado."

O líder parlamentar do CDS Diogo Feio afirmou ainda que o partido já lutou pela alteração da lei e este ano a luta vai continuar pela sua mudança. "Desde logo é essencial retirar este elemento distorcido deste código", frisou, dizendo que independentemente desta petição, este era um assunto que iria certamente ser debatido pelo partido.

"HÁ UMA DISTORÇÃO ENTRE O TRATAMENTO ENTRE PESSOAS CASADAS E SOLTEIRAS", DIZ O CDS-PP

mesma opinião dizendo que "os descontos devem ser feitos em função dos filhos e não em função do estado civil".

Estas declarações foram feitas ao *Meia Hora* no âmbito da petição *on-line* contra a discriminação na dedução